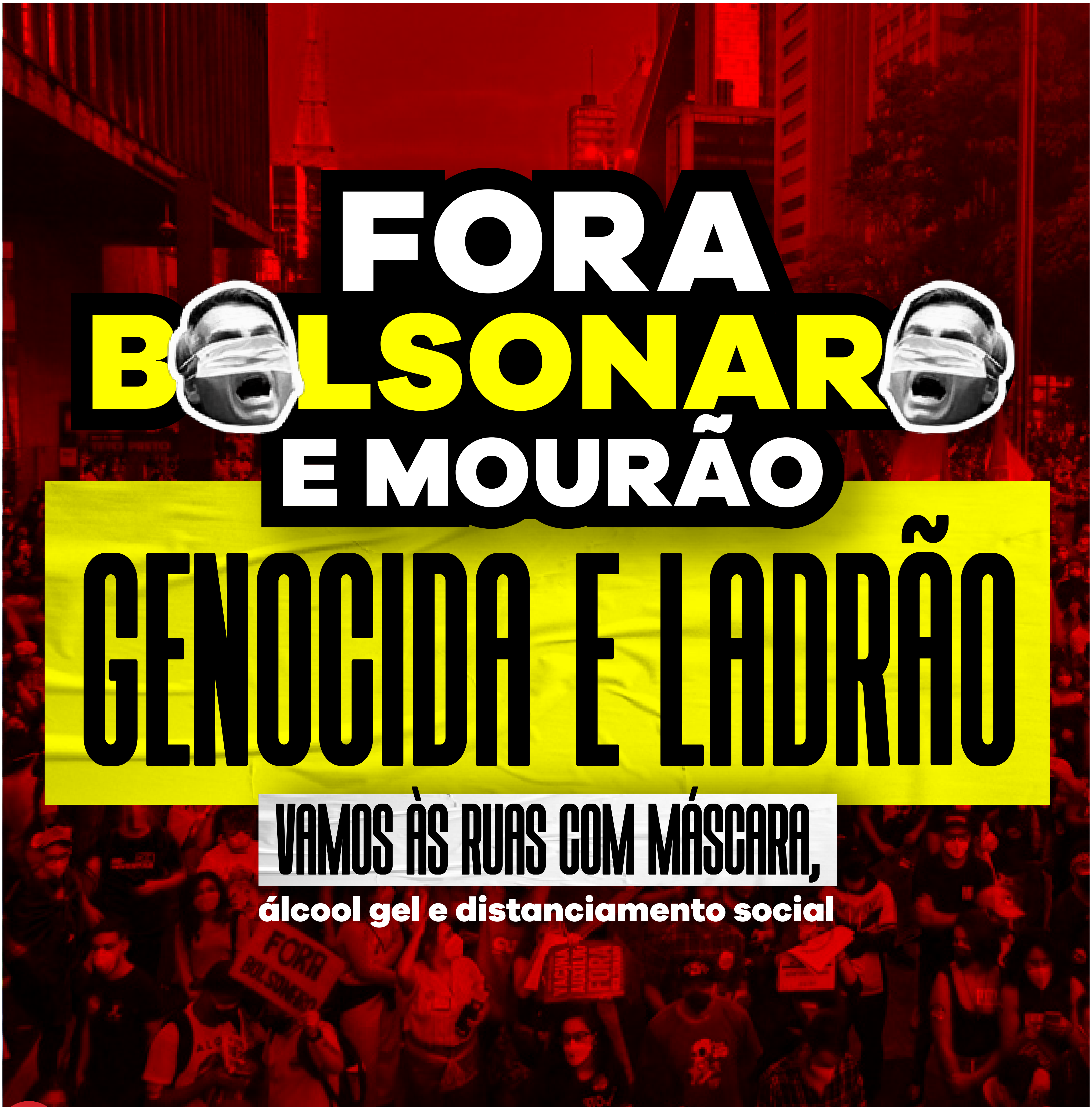
OPINIÃO SOCIALISTA

PSTU

Nº616
De 30 de junho
a 14 de julho
Ano 23

R$2 | (11) 9.4101-1917 | PSTU Nacional | www.pstu.org.br | @pstu | Portal do PSTU | @pstu_oficial

LIT-QI
Liga Internacional dos Trabalhadores
Quarta Internacional



FORA BOLSONARO E MOURÃO

GENOCIDA E LADRÃO

VAMOS ÀS RUAS COM MÁSCARA,
álcool gel e distanciamento social

PDF INTERATIVO - CLIQUE NO QR CODE > DAS MATÉRIAS E VÁ DIRETO PARA O SITE

páginadois

CHARGE



"O senhor não vai só se entender com Deus, vai se entender com a gente também"



Onyx Lorenzoni ameaçando Luis Ricardo Miranda, que denunciou o esquema de corrupção da Covaxin.

SIKÊRA JÚNIOR

Abutre e LGBTfóbico



Sikêra Júnior, apresentador do programa Alerta Nacional da Rede TV, já provou várias vezes que não passa de um cabra safado, oportunista e que se alia ao que há de mais podre na sociedade para ganhar dinheiro, muito dinheiro. Há pouco tempo posou com uma foto ao lado de Bolsonaro com um cartaz escrito "CPF cancelado". A imagem correu as redes sociais justamente quando o Brasil atingia 350 mil mortos por Covid-19. Trezentos e cinquenta mil CPFs cancelados, como diriam os milicianos. Agora o apresentador-abutre foi à TV destilar todo o seu ódio contra os LGBTs. "A gente está calado, engolindo, engolindo essa raça desgraçada (...) Já pensou ter um filho viado e não poder matar?", disse. A reação foi enorme. Pressionados, a maioria dos patrocinadores suspendeu os contratos com o programa, com o apresentador e com a emissora. Não queriam ver suas marcas associadas ao apresentador LGBTfóbico, embora tenham dado muita grana a um programa que sempre destilou ódio contra os oprimidos, enquanto puxava saco dos ricos. O apresentador também vai ser indiciado pela justiça por homofobia. Para um covarde como Sikêra Júnior, todo castigo é pouco.

COVID

País perde 1.500 trabalhadores da educação



De janeiro a abril deste ano, o país registrou 35.125 desligamentos contratuais por morte, crescimento de 89% em relação a igual período de 2020. Os dados, recolhidos do "novo" Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged, do Ministério da Economia) foram divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O setor de educação ficou em quarto lugar em número de contratos extintos: 1.479, aumento de 128%. Embora não fale explicitamente em Covid-19, a maioria dos casos tem uma relação evidente. Desse total, a categoria de "profissionais do ensino", reunindo professores e coordenadores, representou 621 mortes, alta de 163%. Os trabalhadores de serviços (como faxineiros, porteiros, zeladores e cozinheiros) somaram 263. Segundo o Dieese, professores que dão aula no ensino médio foram os que tiveram maior aumento percentual no número de desligamento por morte: 258%. No ensino infantil ou fundamental o crescimento foi de 137%.

Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.
CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPOSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica Atlântica

CONTATO

FALE CONOSCO VIA **WhatsApp**
Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta
(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



Fora Bolsonaro, genocida e corrupto!

E depois? Uma alternativa socialista!

O país vive momentos importantes, que podem determinar mudanças de grande peso. O agravamento da crise política com a denúncia pesada de corrupção na compra de vacinas pelo governo Bolsonaro pode desencadear um novo momento na luta por sua derrubada.

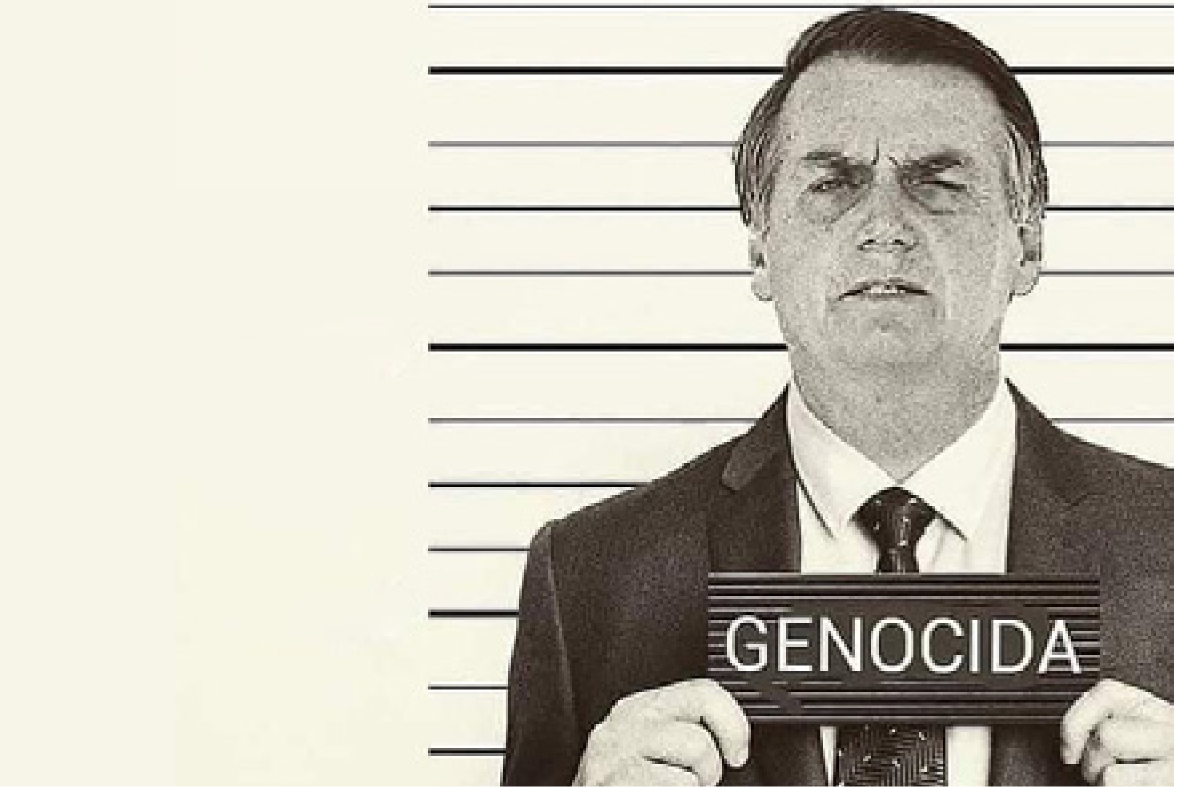
Bolsonaro já entrou na história do país como genocida, responsável pela morte de mais de meio milhão de brasileiros, pelo atraso proposital na vacinação e o combate contra o isolamento social. É também responsável por reformas, como a da Previdência, e privatizações, que aprofundaram a miséria dos trabalhadores.

Por esses motivos, já vinha sendo considerado por 50% dos brasileiros como ruim ou péssimo, em um aumento importante do repúdio ao governo. Mas ainda mantinha 23% de aprovação, com uma base que incluía setores da ultradireita, evangélicos, grupos empobrecidos ao redor do auxílio emergencial e pequeno-burgueses (como comerciantes e outros setores) afetados pela crise econômica. Nessas parcelas da população sobrevivia a narrativa da "luta contra a corrupção" de Bolsonaro, apesar de todas as evidências da "rachadinha", dos escândalos de seus filhos etc.. O que vai ocorrer agora, com essa denúncia explosiva de corrupção, vinda de um bolsonarista como Luís Miranda?

Mais ainda, o que justifica essa ação da CPI e de um deputado do PP? Existe um movimento de setores da burguesia se descolando de Bolsonaro, para tentar afastá-lo do segundo turno e tentar emplacar afinal um outro nome para enfrentar Lula?

Por último, e mais importante: vai haver um avanço para massificação dos atos contra Bolsonaro, a partir de 3 de julho? Existe a possibilidade de um avanço do movimento de massas que seja um salto em relação às mobilizações de 29M e 19J, que foram muito importantes, mas ainda refletindo setores de vanguarda no país?

Essas perguntas só poderão ser respondidas pela própria evolução da realidade. Mas em uma delas, a mobilização de massas, existe a possibilidade de incidência direta das dezenas de milhares de ativistas da juventude, movimentos sindical, popular e contra a opressão no país. Vamos todos, na mais ampla unidade de ação, mobilizar para massificar os atos contra Bolsonaro, a começar por 3 de julho. É possível derrubar esse governo genocida e corrupto! A hora é agora!



UNIDADE AMPLA PARA LUTAR, MAS NENHUMA UNIDADE COM A BURGUESIA PARA GOVERNAR

Nós, que defendemos a mais ampla unidade nas ruas para derrubar esse governo, achamos muito necessário que os ativistas da juventude e dos movimentos sociais discutam o que colocar no lugar de Bolsonaro.

Não é a mesma coisa a unidade para lutar e a unidade com a grande burguesia para substituir Bolsonaro. Na verdade, esse governo genocida tem a participação de um banqueiro como Paulo Guedes no Ministério da Economia, como representação dos grandes bancos deste país. As grandes empresas multinacionais industriais e comerciais, assim como o agronegócio, estiveram e estão apoiando Bolsonaro. Se se afastarem dele no fim da festa, é só para seguir dominando o país através de outro governo.

Nós respeitamos os ativistas da base do PT e do PSOL. Mas queremos dizer a eles por que não estamos de acordo com o projeto de governo Lula apoiado pelo PT e a maioria da direção do PSOL, que já sinalizou esse apoio no primeiro turno.

Lula está montando uma proposta de governo com os pesos pesados da mesma burguesia que apoiou o governo Bolsonaro. Está negociando até com FHC e PSDB. Isso já ocorreu nos governos passados do PT. Basta recordar que o mesmo centrão que apoia Bolsonaro no Congresso hoje era base de apoio dos governos do PT.

Queríamos então fazer uma proposta aos ativistas do PT e do PSOL. Vamos exigir juntos de Lula compromissos mínimos: o de revogação das reformas trabalhista e previdenciária, bem como das privatizações feitas pelos governos Bolsonaro e Temer. Vamos exigir juntos um auxílio emergencial de um salário mínimo para todos os desempregados. Nós achamos que Lula não vai se comprometer com isso, exatamente porque está montando um governo com o grande capital, que não está de acordo.

Nós queremos muito derrubar Bolsonaro. Mas queremos avançar para um governo dos trabalhadores e um programa socialista e revolucionário, que exproprie os bancos para poder perdoar as dívidas dos trabalhadores e pequenos comerciantes. Que exproprie as grandes empresas da saúde para poder fortalecer o SUS e tratar dos trabalhadores. Que exproprie as grandes empresas do agronegócio para que o povo possa comer. Nós defendemos o socialismo e a revolução. Temos muito orgulho de levantar nossas bandeiras vermelhas.

LEIA NO SITE: HTTPS://PSTU.ML/32HKJ

ENERGIA

Com privatização da Eletrobras, Bolsonaro vai apagar o Brasil

DA REDAÇÃO

O governo Bolsonaro conseguiu aprovar na Câmara e no Senado a Medida Provisória 1031/2021, também chamada de "MP do apagão", que autoriza a privatização da Eletrobras e suas empresas subsidiárias. A medida é um duro golpe na soberania do país, e se integra a um plano geral de privatização de outras estatais, como os Correios. A privatização da Eletrobrás vai aprofundar a crise energética e aumentar ainda mais a sua conta de luz. Saiba como.

O QUE SERÁ PRIVATIZADO

Fundada em 1962, a Eletrobras é uma das maiores empresas de energia elétrica da América Latina, responsável pela geral de 30% da energia do país. Atualmente, o Estado controla 62% do sistema Eletrobras. Fazem parte de empresas subsidiárias como Chesf, Eletronorte, Furnas, Eletrosul, Cepel, entre outras. Por meio dessas empresas, a União é proprietária de 125 usinas com capacidade de 50 mil megawatts. Cerca de 91% da produção da energia é hidráulica. São hidrelétricas como Tucuruí, Belo Monte, Xingó, Sobradinho, Itaparica, Paulo Afonso e dezenas de outras, em pleno funcionamento, que o governo quer entregar para meia dúzia de empresários estrangeiros. A Eletrobras também tem mais de 71 mil quilômetros de linhas de transmissão, 335 subestações de eletricidade, operadas por 12.500 trabalhadores.

O que Bolsonaro e Paulo Guedes querem é entregar todo esse patrimônio para grupos capitalistas internacionais. Uma medida que terá profundas e duras consequências para o país e os trabalhadores.

SEM CONTROLE DA ENERGIA

O Brasil vive uma crise hídrica e está sob a ameaça de apagões no fornecimento de energia, por isso a conta de luz não para de aumentar. O governo vem jogando a responsabilidade da crise sobre as costas dos mais pobres.

Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), as represas das hidrelétricas da região Sudeste e Centro-Oeste, responsáveis por mais da metade da produção energética do país, estão com cerca de um terço da sua capacidade. Mas o ONS ressalta que o Brasil está apenas no começo do período de estiagem, que deve durar até meados de setembro. Já o Sistema Nacional de Meteorologia (SNM) emitiu um comunicado de emergência hídrica a órgãos de meteorologia federais.

É nesse cenário que Bolsonaro quer privatizar a Eletrobras, o que vai significar a perda de controle do Estado sobre a regulação do sistema em momentos de escassez hídrica.

Sem controle, a energia elétrica do país ficará completamente à mercê das empresas privadas internacionais associadas a grupos empresariais brasileiros, sem nenhum instrumento para enfrentar a crise hídrica. Pior, a privatização da Eletrobras vai aprofundar ainda mais a crise.



PRIVATIZAÇÃO É CAOS

Em novembro de 2020, o Amapá sofreu com um apagão que durou mais de 20 dias e jogou o estado no caos, após o incêndio em uma subestação. O apagão foi ocasionado pelas privatizações do governo federal, com aval do governo estadual. Este último contratou a empresa espanhola Isolux que, para reduzir custos e lucrar mais, não fez a manutenção necessária em uma subestação. O resultado é que ela pegou fogo. A Isolux não conseguiu resolver o problema e teve que pedir apoio da Eletrobras para o restabelecimento da energia no estado.

Isso é uma amostra do que está por vir. A privatização da Eletrobras vai provocar muitos apagões como o do Amapá, uma vez que o objetivo dos capitalistas é o lucro fácil, e não o fornecimento de energia barata para toda a população.

Mesmo os países imperialistas estão revendo suas privatizações no setor elétrico. Nos Estados Unidos, por exemplo, muitos estados que privatizaram o sistema de energia tiveram que reestatizá-lo, após a crise da Califórnia que, em 2001, enfrentou um apagão gigantesco e, na sequência em 2003, o blecaute gigantesco que atingiu todo o país. E os poucos estados que não reestatizaram, como o Texas, enfrentaram blecautes no início do ano.

Na Europa, Ásia e América do Sul mais de 2.400 cidades em 58 países reestatizaram serviços de energia entre 2000 e 2019, após o fracasso nas privatizações, segundo o estudo intitulado "O futuro é público", elaborado por pesquisadores reunidos no Instituto Transnacional.

Portanto, em qualquer lugar do mundo a privatização da energia significou apagão e caos. E esse é o futuro que nos espera com a privatização da Eletrobras.

LEIA NO SITE:
HTTPS://PSTU.ML/2U22J

SAIBA MAIS

O QUE É SISTEMA ELETROBRAS

- **Responsável pela geral de 30% da energia do país.**
- **Atualmente, o Estado controla 62% do sistema Eletrobras**
- **Possui empresas subsidiárias como Chesf, Eletronorte, Furnas, Eletrosul, Cepel, entre outras.**
- **125 usinas com capacidade de 50 mil megawatts.**
- Tem mais de 71 mil quilômetros de linhas de transmissão
  • Tem 335 subestações de eletricidade,
- Emprega mais de 12.500 trabalhadores.

SUA CONTA MAIS CARA

Privatização vai aumentar tarifa de luz

A privatização também vai deixar a conta de energia muito mais cara. Hoje a Eletrobras cobra das suas hidroelétricas aproximadamente R$ 65,00 por 1.000 quilowatt/hora (R$ 65 por megawatt/hora), enquanto as usinas privatizadas cobram acima de R$ 250,00 pela mesma quantidade de energia hidráulica. Com a privatização, essa cobrança vai aumentar, pois a empresa poderá recontratar energia no "Mercado de Curto Prazo", cujo valor atual está acima de R$ 300,00/MWh.

Assim, dá para ter uma pálida noção do quanto os capitalistas vão faturar com a compra da Eletrobras. É por isso que pressionam pela privatização da empresa. E é óbvio que você vai financiar os lucros dessa gente com enormes aumentos na conta de luz, que vigorarão pelos próximos 30 anos, tempo de concessão previsto no processo de privatização.

Um estudo feito em maio por técnicos da Eletrobras, organizado pela Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel), revela que esse aumento deve ser de aproximadamente 14% e estima que a privatização custará ao consumidor aproximadamente R$ 456 bilhões em 30 anos. No entanto, os reajustes serão ainda maiores.

JABUTIS

Senadores e deputados fazem negociata e você paga a conta

No entanto, o estudo da Aeel não pôde levar em consideração os chamados "jabutis" que foram contrabandeados pelos parlamentares durante a votação da Medida Provisória no Congresso. "Jabuti" é o famoso toma-lá-dá-cá, as negociatas entre deputados e senadores corruptos com empresários que financiam suas campanhas. E os custos de tudo isso você também vai pagar na sua conta de luz.

Por exemplo, um desses favorzinhos foi o esquema de contratar por 20 anos mais de 8 mil MW de termoelétricas para beneficiar os empresários donos de usinas térmicas a gás natural, a bagaço-de-cana, resíduos de eucalipto, carvão. A energia produzida por elas é mais cara, e geralmente só é utilizada durante alguma escassez hídrica. Mas, com a privatização da Eletrobras, as distribuidoras de energia dos estados serão obrigadas a contratar essa energia como "reserva". Em resumo, você vai pagar a conta mesmo que essas usinas fiquem desligadas.

Outro esquemão foi incluir a contratação de 2 mil MW de pequenas hidroelétricas privadas. Um negócio que só vai beneficiar empresários e fazer sua conta aumentar. Além disso, durante a votação não se seguiu o menor critério técnico pra nada. "Em pouco mais de uma hora, os senadores mudaram uma termelétrica de lugar durante a sessão", explica Clarice Ferraz, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e diretora do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico (Ilumina), em uma entrevista para o Jornal do Engenheiro, do sindicato da categoria em São Paulo.



Cerca de 45 associações ligadas à indústria, reunidas no grupo União pela Energia, estimam que os "jabutis" elevam em R$ 41 bilhões o custo das mudanças feitas na Câmara. O tarifaço na sua conta vai financiar essas negociatas.

Energia cara é pressão da inflação nos alimentos e combustíveis, e isso vai afetar o bolso do trabalhador.

SAIBA MAIS

SUA CONTA MAIS CARA. FAÇA A CONTA!

- Hoje a Eletrobras cobra das suas hidroelétricas aproximadamente R$ 65,00 por 1.000 quilowatt/hora (R$ 65 por megawatt/hora)
- Com a privatização, a empresa vai contratar energia no "Mercado de Curto Prazo", cujo valor atual está acima de R$ 300,00/MWh.
- Na sua conta também virá os custos de contratar 8 mil MW de termoelétricas e 2 mil MW de pequenas hidroelétricas privadas. Tudo isso são os "jabutis" criados pelo Congresso para beneficiar um punhado de capitalistas.

ESTRATÉGICA

Por uma Eletrobras 100% estatal

Entre o rosário de absurdos da MP do apagão não está só o aprofundamento da crise hídrica, mas também a impossibilidade de uma mudança na matriz energética no país. Sem Eletrobras sob controle do Estado não é possível nenhuma transição energética para fontes renováveis.

Hoje cientistas alertam que é preciso diminuir pela metade a emissão de gases de efeito estufa (como metano e o dióxido de carbono) até 2030 para tentar limitar o aquecimento global em até 1,5°C. Se passar disso, os efeitos serão catastróficos. Com o controle estatal da Eletrobras seria possível nos próximos anos planejar o desenvolvimento de tecnologias para a geração de energia eólica e fotovoltaica, deixando os grandes reservatórios da Eletrobras como opção complementar ao fornecimento.

Mas o caminho que Bolsonaro e o Congresso seguem é o oposto. Estimulam, justamente, o uso de fontes energéticas mais caras e poluentes, como as termoelétricas. Há planos absurdos de expansão desse tipo de matriz energética, como é o caso da cidade de Macaé (RJ), onde se planeja construir 12 termoelétricas! Além de ter um impacto brutal no clima e na ecologia da região, elas vão lançar mais gases de efeito estufa na atmosfera. A cidade vai se transformas numa Chernobyl fluminense. Enquanto se pensa em acabar com as termoelétricas mundo afora, por aqui adota-se o colonialismo ambiental, importando esse tipo de tecnologia obsoleta que provoca enormes impactos ambientais.

Por isso, é preciso lutar contra a privatização e defender uma Eletrobras 100% estatal, sob o controle dos trabalhadores, assim como a reestatização de todo o sistema de energia do país. Só assim é possível gerar energia barata para o povo e transformar a nossa matriz energética.



JORNADA DE LUTAS

Neste 3 de julho, ocupar as ruas pelo Fora Bolsonaro e Mourão!

ROBERTO AGUIAR,
DE SALVADOR (BA)

Os trabalhadores, e, principalmente, a juventude precarizada, foram às ruas, no dia 19 de junho, data que marcou o segundo grande dia de protestos pelo Fora Bolsonaro e Mourão. Os atos foram maiores que o 29M, praticamente dobrando o número de cidades, de 200 para mais de 400, rompendo o boicote da mídia, que foi obrigada a cobrir e, em grande medida, dar a real proporção que os atos tiveram.

A grandiosidade dos atos é reflexo da indignação e revolta, que não param de crescer, contra esse governo genocida. Uma pesquisa do Instituto Inteligência e Pesquisa em Consultoria (Ipec), divulgada no último dia 28 pelo jornal O Estado de S. Paulo, indica que Bolsonaro perdeu cerca de 1/3 dos seus eleitores no segundo turno de 2018. Entre os entrevistados pelo instituto que disseram ter votado em Bolsonaro, 34% afirmaram que não repetirão o voto em 2022. A mesma pesquisa mostra que os evangélicos, forte base de apoio do presidente, também começam a romper com ele. Cinquenta e nove por cento desses dizem não confiar em Bolsonaro.

A política genocida responsável por mais de 520 mil vidas perdidas para a Covid-19, o crescimento do desemprego, o aumento da fome e da desigualdade social e os escândalos de corrupção são elementos objetivos do desgaste e da revolta contra Bolsonaro e a corja que o acompanha.



LEIA NO SITE: HTTPS://PSTU.ML/SM6X9

Por isso, a tarefa imediata é derrubar Bolsonaro e Mourão na luta direta, aumentando a mobilização, as manifestações e organizando, desde já, uma greve geral sanitária, parando todos os setores não essenciais. Só assim será possível botar abaixo Bolsonaro, seu projeto genocida e autoritário.

Os recentes fatos ocorridos na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, que apontam esquema de corrupção na compra da vacina Covaxin, forçaram que as manifestações fossem adiantadas. Em reunião realizada no dia 26, a Frente Nacional Fora Bolsonaro aprovou a realização de atos em todo o país no dia 3 de julho.

SAIBA MAIS

CONFIRA COMO FICOU O CALENDÁRIO UNIFICADO PELO FORA BOLSONARO JÁ!

- **30 de junho:** entrega de um novo pedido de impeachment em Brasília;
- **1º. de julho:** plenária nacional da campanha Fora Bolsonaro;
- **3 de julho:** dia nacional de atos e manifestações pelo Fora Bolsonaro e Mourão;
- **24 de julho:** dia de lutas e mobilizações em todo o país pelo Fora Bolsonaro e Mourão.

PARAR O BRASIL

Avançar a mobilização rumo à greve geral sanitária



Os atos crescem, ganham amplitude, espalham-se por mais cidades pelo país. Mas é necessário agora aumentar essa mobilização. As direções das grandes centrais sindicais (CUT, Força Sindical e CTB) precisam se envolver de verdade, deixar de corpo mole e organizar uma greve geral sanitária, junto aos atos de rua, como vem defendendo a CSP-Conlutas.

O genocídio prossegue, o desemprego bate recorde e aprofundam-se a pobreza e a fome, resultados diretos da política econômica de Bolsonaro. O gás de cozinha teve o 14º reajuste seguido, e a luz também fica mais cara, ambos frutos da política privatista e entreguista desse governo, que sucessivas vezes faz ameaças de golpe e de ditadura.

Não podemos esperar 2022 para derrotar Bolsonaro. A derrubada de seu governo é uma tarefa para o presente. Deixar esse genocida no poder e apostar no seu desgaste, como fazem as direções do PT, PCdoB e de parte do PSOL, junto com a oposição parlamentar, é deixar que o



Zé Maria fala pelo PSTU no ato de entrega do 'superpedido' de impeachment de Bolsonaro realizado no dia 30

genocídio siga, é pactuar com as mortes, além de dar mais espaço para Bolsonaro consolidar seu projeto autoritário. É preciso tirá-lo, e já.

E só a luta direta pode tirar esse governo. Não podemos depositar nenhuma confiança e esperança nesse congresso de corruptos, presidido por Arthur Lira (PP-AL), que acabou de dizer que "não há circunstância para impeachment" e que a CPI vai dar em nada.

É preciso aumentar a mobilização, as manifestações e organizar, desde já, uma greve geral sanitária, parando todos os setores não essenciais. Só assim será possível botar abaixo Bolsonaro, seu projeto genocida e autoritário. E, nas mobilizações, lutar por um programa dos trabalhadores para superar a crise que vivemos, fortalecendo uma alternativa independente de classe, sem banqueiros, o grande empresariado ou latifundiários.

Será na ação direta que vamos derrubar Bolsonaro e avançar na auto-organização da classe trabalhadora, da juventude nas periferias e do povo pobre, na perspectiva da construção de uma alternativa revolucionária e socialista.

POLÊMICA

UP, PCB e MES/PSOL colocam a autoconstrução à frente da unidade para derrubar Bolsonaro

As manifestações pelo Fora Bolsonaro e Mourão vêm sendo construídas de forma unitária por diversas frentes, partidos, movimentos, coletivos e entidades sindicais e estudantis. É essa frente única para ação que tem permitido que os atos sejam vitoriosos, e com essa a unidade vamos avançar e colocar os demais setores da nossa classe em movimento, transformando os atos, que hoje são de vanguarda, em mobilizações de massa.

Infelizmente, alguns setores estão mais preocupados com a sua autoconstrução, colocando em segundo plano a tão necessária unidade para lutar para pôr abaixo o governo Bolsonaro e Mourão já. Isso que temos visto com a autointitulada "Assembleia do Povo na Rua", organizada pelo Partido da Unidade Popular (UP), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Movimento Esquerda Socialista – Corrente interna do PSOL (MES).

Essas organizações traçam algumas críticas às principais entidades e movimentos (Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo) que tentam controlar a campanha Fora Bolsonaro. Inclusive, temos acordos com algumas dessas críticas, como a falta de construção de espaços amplos de debate com as bases. Contudo, ao tentar construir calendários paralelos, que quebram a unidade, essa postura enfraquece a luta. Pois hoje nenhuma organização ou frente sozinha tem força suficiente para impulsionar grandes mobilizações.

A UP, o PCB e o MES/PSOL falam que falta democracia nos espaços de construção da campanha Fora Bolsonaro, mas na "Assembleia do Povo na Rua" negaram a palavra ao PSTU e à CSP-Conlutas. Essa é uma postura lamentável e inaceitável entre as organizações de nossa classe, que fere o princípio da democracia operária, de respeito às diversas opiniões.

Posturas como essa só demonstram que UP, PCB e MES/PSOL estão mais preocupados com a construção de suas organizações do que de fato com a luta para derrotar esse governo genocida.



Hoje é mais que necessária a unidade de ação, unindo todos e todas que querem colocar esse governo para fora. Só assim as mobilizações serão maiores, vamos avançar para uma greve geral sanitária e derrubar Bolsonaro na ação direta. Quebrar a unidade em nome da sua autoconstrução é jogar a favor de Bolsonaro. Isso é criminoso.

BOLSONARO

Genocida e corrupto

Bolsonaro se aproveita da matança que ele próprio provocou para roubar

DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO

Além de negacionista e genocida, Bolsonaro é corrupto e ladrão. Ele não só foi responsável pela maior parte das mais de 515 mil mortes notificadas (enquanto fechávamos esta edição, lembrando que esses números são subnotificados), como usou a pandemia para roubar através da compra de vacinas superfaturadas.

Acuado pelo escândalo, Bolsonaro deu a clássica resposta que todo corrupto dá: "Eu não sabia." A sucessão dos fatos que compõem o que pode ser o maior caso de corrupção da história, porém, não deixa margem para dúvidas. O presidente não só é culpado por "prevaricação" (omitir-se diante de um crime), como o acusa a oposição parlamentar, mas está diretamente envolvido com o escândalo. Além de responsável direto pelo morticínio na pandemia, pelo desemprego recorde e o avanço da fome através da política econômica levada a cabo por Paulo Guedes, Bolsonaro é também um ladrão que sobe em cima de uma pilha de cadáveres para roubar.



DESENROLANDO A ROUBALHEIRA

O caso explodiu na imprensa com a revelação da tentativa de compra superfaturada de uma vacina pouco conhecida e que sequer contava com a aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa): a Covaxin, produzida pelo laboratório indiano Bharat Biotech. Após ter boicotado e dificultado de todas as formas a viabilização da Pfizer, da Coronavac e ter recusado metade das vacinas do consórcio Covax Facility, o governo começa um verdadeiro trâmite a jato pra importar a Covaxin, com um valor 1000% acima das outras vacinas.

Esses casos de corrupção começam a ser revelados quando vaza o depoimento ao Ministério Público Federal (MPF) do servidor Luis Ricardo Miranda, responsável pelo setor de importação do Ministério da Saúde. Nele, Miranda denuncia pressão permanente para a liberação da negociata sobre a Covaxin. E detalhe: o pagamento ocorreria via uma empresa offshore (de fachada) em Cingapura, um paraíso fiscal. O valor da brincadeira: R$ 1,6 bilhão.

Mais um detalhe: a mediação dessa compra ocorreria através da empresa Precisa, do empresário Francisco Maximiano, cujos negócios começaram a prosperar justamente durante o governo Bolsonaro.

Com o nome do servidor na roda, seu irmão, o deputado Luis Claudio Miranda (DEM-DF), vai à imprensa e afirma ter denunciado o esquema ao próprio Bolsonaro. A resposta de um governo miliciano não poderia ser outra: ameaças e o anúncio da abertura de investigação... contra o deputado e seu irmão.

CPI E O ESTOPIM DA CRISE

Convocados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia, os irmãos Miranda revelaram que, ao denunciarem o caso a Bolsonaro, este teria dito que aquilo seria "coisa de Ricardo Barros" e que se mexesse nisso "daria m..". Ricardo Barros, como já citado, é ninguém menos que o líder do governo na Câmara. Ex-ministro da Saúde no governo Temer, fez parte dos governos Lula e Dilma. É um exemplo típico do centrão, um notório corrupto que se move por onde o dinheiro está.

E o que Bolsonaro fez após a denúncia? Encaminhou à Polícia Federal? Não. Afastou Barros? Também não. Bolsonaro presenteou Ricardo Barros nomeando sua esposa para o Conselho de Administração de Itaipu, uma boquinha de salário mensal de R$ 27 mil. E agora reafirmou que ele continua na liderança do governo.

LEIA NO SITE: HTTPS://PSTU.ML/MAAM4

MAIS ROUBALHEIRA

Um dólar a vida, e RS 1 bilhão de propina

Agora uma nova denúncia revela o lamaçal desse governo genocida. A Folha de S. Paulo revelou no último dia 29 de junho um pedido de propinas, a partir do Ministério da Saúde, de US$ 1 a mais no preço de cada dose da Oxford-Astrazeneca, para que fosse feita a compra. A denúncia foi feita à reportagem por Luiz Paulo Dominguetti Pereira, representante da empresa Davati Medical Supply, segundo o qual a proposta indecente foi feita durante um jantar em 25 de fevereiro por Roberto Ferreira Dias, diretor de Logística do Ministério, indicado pelo líder do governo Bolsonaro na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR). Segundo denunciou Dominguetti, para a compra das vacinas foi lhe dito pelo representante do governo que era preciso entrar no esquema. "Dariam 200 milhões de doses de propina que eles queriam, com R$ 1 bilhão", disse à reportagem da Folha.

LADRÃO

Mamata e corrupção

Enquanto fechávamos esta edição, os senadores da CPI entravam no Supremo Tribunal Federal (STF) contra Bolsonaro por prevaricação. No entanto, Bolsonaro não só se omitiu, fazia parte do esquemão, e há farta evidência disso.

Até o final do ano passado, Bolsonaro lançou mão de um discurso antivacina. A partir de janeiro, ou seja, poucos dias depois, começou a mudar essa orientação. Agora sabemos que não foi só por conta da vacina do Butantan e da pressão inclusive de setores da própria burguesia. Foi justamente o momento em que começaram as tratativas para a compra da Covaxin.

Mais do que isso, segundo revelou a revista Veja, o filho de Bolsonaro, o senador Flávio Bolsonaro, o "01", esteve com o dono da Precisa no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liberar as portas do banco para a empresa.

CORRUPÇÃO É MUITO MAIOR

Como se não bastasse o escândalo da Covaxin e agora a denúncia de pedido de propina para a compra da Oxford-Astrazeneca na mesma época, há outro caso que pode ser ainda bem pior. Em junho, o governo começou a negociar a compra de outra vacina, desta vez da China, do laboratório CanSino. A empresa intermediadora no Brasil seria a Belcher Farmacêutica, cuja sede fica em Maringá, no Paraná, coincidentemente, base eleitoral de Ricardo Barros, onde ele foi até prefeito.

O negócio prevê a compra de doses a US$ 17, a mais alta até agora, e o contrato teria valor de R$ 5 bilhões. E quem está por trás disso? Os empresários Luciano Hang, o "véio da Havan", e Carlos Wizard, membro honorário do "ministério das sombras" do governo. Bolsonaro vai continuar dizendo que "não sabia"?

FORA BOLSONARO E MOURÃO

Crise se aprofunda, é hora de ir pra cima

Os escândalos da Covaxin e do pedido de propina para a compra da Oxford-Astrazeneca são a expressão mais contundente do aumento da crise no governo Bolsonaro. Crise provocada pela pandemia, a enorme crise social que vem corroendo sua base e ampliando seu desgaste, ao qual se juntaram as manifestações do 29M e do 19J. Situação que vem fazendo despencar a popularidade do governo. Segundo a mais recente pesquisa do instituto Inteligência em Pesquisa e Consultoria (Ipec) – antigo Ibope –, 50% consideram o governo ruim ou péssimo. Seus apoiadores estão se reduzindo e somam hoje 23%. Essa crise vem provocando fissuras no andar de cima.

O pivô da atual crise, por exemplo, o deputado Luis Miranda (DEM-DF), é aliado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Segundo a revista Veja, Lira há meses tenta limar Ricardo Barros da liderança do governo, numa disputa intestina nas fileiras do próprio centrão. Luis Miranda, Lira e o próprio Ricardo Barros são notórios corruptos, como o é o próprio governo Bolsonaro. Mas que, em suas disputas por nacos cada vez maiores de dinheiro, espaço e poder, não pensam duas vezes em abrir crises que possam afetar o próprio governo do qual são base. Algo parecido com o que fez Roberto Jefferson no escândalo do mensalão.

O problema é que Bolsonaro está nas mãos do centrão. Está mais difícil se livrar dos problemas e rifar aliados como ele sempre fez.



FORA BOLSONARO E MOURÃO JÁ!

Deixar Bolsonaro sangrar até 2022 significa prolongar o genocídio, a roubalheira, além da guerra social contra os trabalhadores, com o desemprego em massa e a ofensiva contra os direitos. É deixar a juventude sem trabalho ou precarizada, sem qualquer perspectiva de futuro.

Mais do que isso, não tirar Bolsonaro já mantém as condições para se consolidar um projeto autoritário para o país. Com ele ou não. Já há articulações para, caso venha a se tornar inviável, tirá-lo de lá para assumir Mourão. Mantém-se, assim, a atual política econômica de Guedes e a unidade em torno dos interesses da burguesia e para a continuidade da entrega do país. Inclusive, mantendo os militares no poder, costurando uma alternativa para 2022.

Por isso, não basta apenas fora Bolsonaro, é preciso lutar para tirar Bolsonaro, Mourão e toda a corja corrupta e miliciana que se encastelaram no poder, inclusive os militares que mantém um projeto autoritário para o país.

SAÍDA

Uma alternativa socialista e revolucionária para o país



Não basta tirar Bolsonaro, é preciso discutir o que colocar no lugar, ou seja, um programa e um projeto de país. Com Mourão, os militares do alto escalão manteriam seus atuais privilégios, cargos e, sobretudo, poderiam continuar gestando uma mudança no regime rumo a uma ditadura. Mas outras alternativas também estão sob o tabuleiro.

A direita tradicional busca o que chama de “terceira via”, que na verdade seria manter a atual política econômica. É uma alternativa representada por Doria, Maia ou até mesmo Ciro Gomes.

Lula, por sua vez, defende frente ampla com a burguesia como alternativa para disputar as eleições e governar. Isso em conjunto com os banqueiros, os grandes empresários e o agronegócio, exatamente os mesmos setores que sempre governaram e que estão, ou estiveram há até pouco tempo, com Bolsonaro.

A direção do PSOL quer embarcar logo na frente ampla ou amplíssima de Lula. Com a justificativa de se tirar Bolsonaro, apoia um governo de conciliação de classes que não deu certo no Brasil, nem em qualquer canto do mundo (Grécia, Espanha etc.), e que acabou, por aqui, ajudando a desmoralizar a classe e abrindo caminho para a ultradireita. Isso porque, governando com a burguesia, é impossível mudar de fato a vida dos trabalhadores e dos setores mais pobres. Invariavelmente, aplica-se o mesmo projeto neoliberal.

Já a esquerda do PSOL apoia a candidatura Glauber Braga como alternativa a Lula no primeiro turno das eleições. No entanto, não está claro se a alternativa é apenas para as eleições, e o programa apresentado se limita a ser antineoliberal, nos marcos da democracia burguesa, não defende a expropriação e a estatização dos bancos, das grandes empresas, do agronegócio ou tampouco da saúde.

GOVERNO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES

O PSTU busca toda unidade possível para tirar Bolsonaro. Porém, uma coisa é tirar, outra é o que colocar no lugar. Defendemos a construção, na luta, de um programa da classe trabalhadora para termos vacinas já com a quebra das patentes, empregos e direitos. Para termos saúde, educação e parar as privatizações, revertendo a entrega do país. Para parar a matança indígena e a destruição do meio ambiente. E isso só é possível atacando os bilionários, os banqueiros, grandes empresários e latifundiários. Ou seja, é impossível mudar o país governando com os mesmos que sempre estiveram aí.

É preciso avançar na auto-organização dos trabalhadores, do povo pobre, da juventude precarizada e dos oprimidos, fortalecer uma alternativa operária e socialista, que possa colocar em prática um programa dos trabalhadores à crise e para o país. Uma alternativa revolucionária e socialista, rumo a um governo socialista dos trabalhadores, que governe através de conselhos populares nas fábricas, bairros, periferias etc..

BOIADA RURALISTA

Marco temporal é continuação do genocídio dos povos indígenas

JEFERSON CHOMA,
DA REDAÇÃO

O PL 490 que institui o marco temporal e delimita as Terras Indígenas (TIs) aos territórios comprovadamente ocupados até o dia 5 de outubro de 1988 é a simples e nefasta continuação do genocídio indígena iniciado desde que o primeiro conquistador europeu pisou nas Américas.

O projeto é da bancada ruralista e tramita no Congresso desde 2007. No dia 24 de junho foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Congresso Nacional, embora contrarie a Constituição Federal, que considera a demarcação das terras indígenas como originária, tradicional e imprescindível, devendo ser feita em base a estudos sociais, antropológicos e históricos.

Mas o Supremo Tribunal Federal (STF) também vai julgar a constitucionalidade do tema a partir do dia 30 de junho. Nesse caso, o Supremo julgará a demarcação das terras indígenas do povo Xokleng, em Santa Catarina. Sendo assim, o que for decidido relativo ao povo Xokleng vai estender-se aos demais casos que envolvem a demarcação de terras indígenas no Brasil.

Caso aprovado, o marco temporal representaria o fim dos direitos constitucionais indígenas. Vai legitimar as invasões, as expulsões e a violência cometidas contra eles. Todas as terras indígenas que foram demarcadas na última década e que tiveram estudos técnicos embasando a ligação dos povos originários com elas, todas essas demarcações seriam simplesmente anuladas. Tudo isso pelo simples fato de os povos indígenas não estarem na data exata da promulgação da Constituição em 1988.

Mas por que muitos indígenas não estavam em seus territórios nessa data? Ora, quem conhece um pouco da história do Brasil sabe que a razão para isso é muito óbvia: os indígenas foram expulsos e impedidos de estar em suas terras. Impedidos por jagunços armados de latifundiários ou mesmo pelas "autoridades" do Estado brasileiro, que simplesmente removeram os indígenas de terras cobiçadas pelos fazendeiros. É o caso, por exemplo, dos Guarani-Kaiowás do Mato Grosso do Sul, que foram removidos de suas terras pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), antecessor da Fundação Nacional do Índio (Funai).





Bugreiros no território Laklãnõ/Xokleng. Eles eram contratados pra liquidar indígenas em áreas cobiçadas por fazendeiros

A ORDEM É ROUBAR TERRAS

O agronegócio precisa roubar terras para seguir existindo. Precisa de novas terras férteis e baratas, uma vez que sua expansão esbarra no empobrecimento das terras cultivadas e na forte especulação imobiliária em regiões mais antigas de sua expansão. Por isso avança sobre terras públicas na forma de grilagem e da violência.

O avanço sobre as terras indígenas é, particularmente, mais perverso, pois historicamente é acompanhado por uma ideologia racista que animaliza os indígenas, caracteriza-os como seres inferiores, não civilizados e que, portanto, não merecem viver ou precisam ser salvos da suposta selvageria em que vivem.

Dados públicos oficiais indicam que o país tem, entre terras federais e estaduais, cerca de 263 milhões de hectares (aproximadamente 30% do território nacional). São Terras Indígenas, quilombolas; Unidades de Conservação etc.. A estes números devem ser somados os cerca de 141,5 milhões de hectares de terras devolutas, federais e estaduais, ou seja, que não foram discriminados pelo Estado. A maior parte dessas terras públicas está na Amazônia legal, o que explica o avanço das queimadas e do desmatamento, o primeiro passo para convertê-las em terras privadas.

Além disso, os capitalistas cobiçam minerais preciosos nas Terras Indígenas, como as reservas de ouro nas terras dos Mundurukus do Tapajós, no Pará, e nos territórios Yanomamis.

Bolsonaro e sua corja falam que no Brasil tem "muita terra para pouco índio" e que a demarcação seria um obstáculo ao desenvolvimento. Esse argumento não questiona o fato de 60% das propriedades rurais no Brasil estarem nas mãos dos menos de 2,5% dos imóveis rurais cadastrados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Só no Mato Grosso do Sul, cerca de 17% dos imóveis rurais possuem 27 milhões de hectares, o equivalente a 80% de toda a área cadastrada do estado no Incra.

MAS ONDE VIVEM OS POVOS ORIGINÁRIOS?

Mais de 98% das TIs estão na Amazônia Legal. Elas servem de obstáculos à destruição ambiental para a abertura de áreas para pecuária, exploração de madeira, minérios e monocultivos.

Fora da Amazônia Legal, vivem aproximadamente 45% dos indígenas, em meio a confinamento, muita violência e miséria. Das 298 TIs fora da Amazônia Legal, 146 ainda não tiveram seu processo de reconhecimento finalizado. Essas terras representam somente 1,6% da área total de TIs no Brasil, embora abriguem 45% da população indígena em terras indígenas.

Os povos originários reagem e lutam por suas terras ancestrais, roubadas por grandes fazendeiros e especuladores. Não por acaso, é nessas regiões que acontecem os grandes conflitos por terra no país.

Vamos à luta, ao lado dos indígenas, conta o marco temporal! O genocídio não vai passar!

LEIA NO SITE: HTTPS://PSTU.ML/DQKIF

DEPOIS DE RICARDO SALLES

Um novo ministro pra tocar a boiada

Ricardo Salles foi exonerado do cargo de ministro do Meio Ambiente, numa tentativa de preservar o governo das suas negociatas corruptas com madeireiros e grileiros de terra. Mas não há motivos para comemorar.

Em seu lugar foi nomeado Joaquim Álvaro Pereira Leite. Filho de família tradicional de fazendeiros de São Paulo, Pereira Leite já integrava o Ministério do Meio Ambiente, à frente da Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais. Foi, ainda, conselheiro por mais de 20 anos da Sociedade Rural Brasileira (SRB), uma das organizações que representam o setor agropecuário. Como qualquer outro grande latifundiário, ele também é um ladrão de terras e disputa judicialmente um pedaço da Terra Indígena Jaraguá, na capital paulista.

Salles saiu, mas a boiada continua, agora sob o comando de outro peão da União Democrática Ruralista (UDR) e de Bolsonaro.

SAIBA MAIS

O que é o marco temporal

O artigo 231 da Constituição Federal se refere à demarcação das terras indígenas como originária, tradicional e imprescindível. Mas os ruralistas querem instituir o marco temporal para demarcação de terras indígenas. Isso significa que os povos indígenas só teriam direito à demarcação de seus territórios nos casos de posse comprovada da área reivindicada em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição.

Essa interpretação é defendida por Bolsonaro e seus amigos da assassina União Democrática Ruralista (UDR) – ele prometeu em sua campanha que não demarcaria nem um centímetro de terra indígena –, como também por alguns ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), como Gilmar Mendes

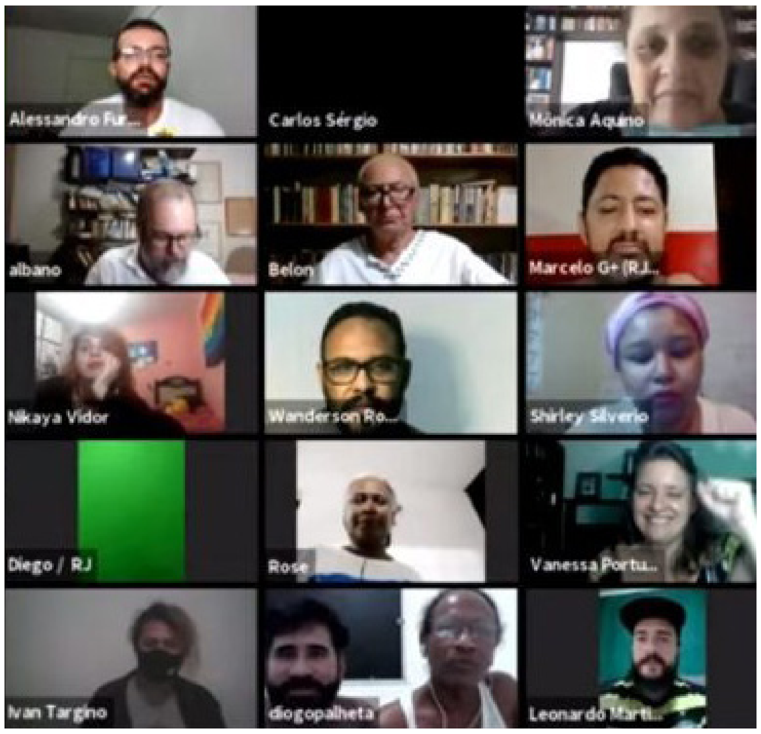
ORGANIZAÇÃO

Plenária Nacional das LGBTIs do PSTU por uma alternativa classista e socialista

Evento realizado no dia 26 de junho reuniu cerca de 2 mil participantes; manifesto chama à luta contra a LGBTIfobia e o capitalismo

SECRETARIA NACIONAL LGBT DO PSTU

Neste ano, o mês do Orgulho LGBTI foi marcante. As cores do arco íris estiveram presentes dos estádios de futebol até as manifestações pelo Fora Bolsonaro. No 29M e 19J, as LGBTI's demonstraram que nosso orgulho se constrói na luta para derrubar este governo LGBTfóbico, corrupto e genocida.



Contudo, enquanto o espírito combativo de Stonewall tomava as ruas, a organização da Parada Gay promoveu uma festa-live com o tema "ame+ cuide+ viva+", mostrando total descaso com as LGBTI's que sofrem as consequências da pandemia, do desemprego e da miséria.

E PRECISO CONSTRUIR STONEWALL DE NOVO E IR ALÉM

Nosso mês não pode ter um caráter de mera celebração em meio a tamanha catástrofe social, que atinge particularmente os setores oprimidos da classe trabalhadora. É preciso resgatar a radicalidade da Revolta de Stonewall e construir uma saída que vá além da "inclusão" e "aceitação" da diversidade.

Por isso o PSTU realizou, no dia 26 de junho, uma plenária nacional que reuniu LGBTI de norte a sul do país para debater uma alternativa revolucionária, diante da barbárie capitalista. Estiveram presentes cerca de 170 pessoas no Zoom e 1800 via pelo Facebook e Youtube. Tivemos a participação de convidados internacionais, retratando as lutas recentes na América Latina e por direitos ao redor do mundo.

"Para defendermos nossa própria vida e nosso direito de existir, é necessário derrubar este governo agora, sem esperar as eleições de 2022, pois até lá muitas vidas LGBTI's serão perdidas. Assim como não podemos confiar no Congresso ou nos setores ditos progressivos que querem deixar Bolsonaro se desgastar e vender falsas promessas eleitorais, quando na verdade nós já vimos o que foram os governos do PT, que usaram nossas pautas como moeda de troca." Disse Debbie Leite na abertura da Plenária.

Mas além de lutar precisamos apontar o caminho que devem tomar essas lutas para vencermos.

Segundo Roberta Maiani, da Secretaria LGBTI do Rio de Janeiro, "as LGBTI's estão na linha de frente das mobilizações por todo mundo, mas muitos setores buscam se apropriar do nosso arco íris. A burguesia, que nos explora todos os dias, tenta através de empresas 'friendly das LGBTIs' passar a ideia de que somos incluídas, mas na realidade só o fazem para lucrar no mercado pink. Outras ideologias apostam em saídas individuais, como o empreendedorismo e o empoderamento pelo consumo. Rechaçamos essas ideologias, assim como o stalinismo, que fez uma contrarrevolução nos direitos conquistados pelas LGBTIs na Revolução Russa".

CHAMADO

Manifesto chama a lutar contra a LGBTfobia para unir nossa classe contra o capitalismo

Ao final da Plenária, foi aprovado um manifesto que por uma saída socialista e revolucionária para pôr fim à opressão e à exploração.

É necessário superar o programa limitado das direções que não questionam o capitalismo e que defendem uma estratégia de conciliação de classes, como fez o PT que se aliou aos nossos algozes para administrar o sistema.

Como diz o manifesto, "nas últimas décadas, as direções do movimento LGBTI, frustradas pela traição stalinista e influenciadas pela propaganda do fim da história e da classe operária, passaram a vender a ilusão de que seria possível superar a opressão sem tomar o poder."

A luta por leis que avancem em nossos direitos democráticos, como a criminalização da LGBTfobia, união civil, transição de gênero pelo SUS, educação sexual nas escolas e tantas outras reivindicações, são fundamentais. Mas toda conquista dentro desse sistema podre, onde o lucro vale mais que nossas vidas, será uma vitória parcial e poderá retroceder a qualquer momento.

Por isso, afirmamos "não basta eleger LGBTIs, empoderar algumas de nós enquanto a barbárie social assola as LGBTIs pobres". Se por um lado Bolsonaro é inimigo número 1 das LGBTI's, por outro, "tampouco as Luiza Trajano, Kamala Harris ou Thammy nos representam".

Não podemos nos restringir a mudanças individuais, de padrões culturais: "O discurso queer, que parece ousado e busca abalar as mentes mais conservadoras, na verdade, ao não se propor a modificar as bases materiais dessa sociedade, mantém as LGBTIs trabalhadoras reféns da ideologia burguesa"



Para nós, LGBTIs socialistas, "a luta por uma vida plena, por uma sociedade na qual tenhamos direitos e dignidade, passa por destruir este sistema que nos explora e nos oprime. E isso só vai acontecer se nos aliarmos àqueles e àquelas que produzem tudo que existe no mundo: a classe trabalhadora."

VEJA MAIS

CLIQUE NO QR-CODE AO LADO E CONFIRA NOSSO MANIFESTO NA ÍNTEGRA

PROGRESSIMO

O "campo progressista" é um campo da burguesia

BERNARDO CERDEIRA, DE SÃO PAULO (SP)

No decorrer dos sete artigos anteriores desta série, tratamos de explicar e polemizar com as diferentes propostas que constituem o programa dos partidos e correntes que se autodenominam "progressistas".

Procuramos demonstrar que propostas tais como distribuição de renda, justiça social, tributação dos ricos, inclusão dos oprimidos, capitalismo racional, "bem viver", solidariedade dos países ricos com os países pobres e outras podem ser bem intencionadas, mas são ilusórias, precárias, temporárias e, portanto, não solucionam a situação dos trabalhadores e explorados quando aplicadas no interior do sistema capitalista mundial, caracterizado pela exploração e opressão.

Agora, no artigo final desta série, vamos analisar a natureza do chamado "campo progressista", no Brasil e no mundo, e explicar o que é a "teoria dos campos" que fundamenta essa proposta política.

O "campo progressista", segundo seus próprios componentes, é formado por partidos de esquerda (como PT, PCdoB e PSOL) e outros que são de esquerda no nome, mas que na verdade são burgueses (como PDT e PSB); centrais sindicais, movimentos sociais (como MST, MTST, CMP, Marcha Mundial das Mulheres, Coalizão Negra), ONGs e setores da burguesia liberal.

CAMPO PROGRESSISTA HOJE

Hoje em dia, o "campo progressista", liderado por Lula, defende uma Frente Ampla com as forças de "centro-direita", ou da direita "civilizada" ou direita "democrática" (seja lá o que isso signifique), para derrotar Bolsonaro. Essa Frente Ampla incluiria até o PSD de Gilberto Kassab, Alexandre Kalil, prefeito de Belo Horizonte (MG); Rodrigo Maia, Eduardo Paes; setores do MDB como Renan Calheiros, José Sarney, Roberto Requião e outros.

A justificativa para essa aliança, segundo o deputado Marcelo Freixo – que recentemente deixou o PSOL para aderir ao PSB e, segundo ele, ser o candidato dessa Frente Ampla ao Governo do Estado do Rio de Janeiro – é que se trata de uma luta entre a "civilização" e a barbárie, representada pelo "fascismo" agrupado em torno de Jair Bolsonaro.

UNIDADE DE AÇÃO PRA DERROTAR BOLSONARO

Vamos analisar esses argumentos, um por um. Em primeiro lugar, não temos dúvida que Bolsonaro é a cara mais brutal da barbárie capitalista por tudo o que representa: a política genocida em relação à pandemia; o "negacionismo" da ciência; os ataques aos trabalhadores e aos setores oprimidos (mulheres, negros, indígenas, LGBTIs), e os ataques às liberdades democráticas.



LEIA NO SITE: HTTPS://PSTU.ML/MQK29

Também está claro que o projeto de Bolsonaro é implantar uma ditadura militar no Brasil, se conseguir reunir condições para isso. Portanto, estamos de acordo que é preciso derrotar Bolsonaro. Isso é urgente e imediato. Estaremos juntos com qualquer setor ou organização que esteja disposto a mobilizar, a lutar para defender as liberdades democráticas e a derrubar esse governo. Fora Bolsonaro e Mourão!

Mas, a partir daí, aparece uma primeira divergência. A principal forma de derrotar Bolsonaro não é nas eleições que são daqui a um ano e meio, mas sim colocá-lo para fora já, e isso só pode ser feito com mobilizações de massa, nas ruas, a exemplo dos atos de 29 de maio e 19 de junho, intensificando essas lutas e combinando-as com uma greve geral sanitária.

VEJA MAIS

CLIQUE NO QR-CODE AO LADO PARA LER OUTROS ARTIGOS DA SÉRIE

TRAGÉDIA

A barbárie é o capitalismo



Mas a tarefa dos trabalhadores e dos setores populares não termina com o fim desse governo nefasto. Bolsonaro é uma cara brutal da barbárie, mas é só uma expressão dela. A verdadeira barbárie é o capitalismo. A pandemia revelou em forma aguda o que hoje é um fato evidente: o capitalismo está conduzindo a humanidade para o abismo.

A crise sanitária, o verdadeiro genocídio que atinge milhões de pessoas que não têm acesso às vacinas e ao sistema de saúde; a crise econômica e social, o desemprego, a fome, a precariedade laboral; a destruição da natureza e o aquecimento global; a violência e a repressão de governos cada vez mais autoritários, tudo isso mostra que ou acabamos com o sistema capitalista ou o capitalismo vai terminar de empurrar o gênero humano e todo o planeta para a barbárie.

A classe trabalhadora, unida a todos os setores explorados e oprimidos, é a única que pode acabar com esse sistema, porque não tem propriedades, nem riquezas a perder com seu fim.

A burguesia, ou seja, a classe proprietária das multinacionais, das grandes empresas industriais e comerciais e dos grandes bancos de todo o mundo, aliada com os militares, funcionários privilegiados e políticos corruptos, luta para manter essa situação às custas da exploração dos trabalhadores. Para isso, usa os governos e as Forças Armadas para reprimir quando os explorados e oprimidos se insurgem contra essa situação e se levantam contra ela.

Para os socialistas, a sociedade capitalista se divide em classes, e as principais são a burguesia e a classe trabalhadora. Existem dois campos de classe. Em um campo, burguesia, incluindo todos os setores, inclusive os liberais e o imperialismo. No campo oposto, estão o proletariado, os setores populares, camponeses e todos os explorados.

Há uma luta de classes permanente entre esses dois campos. Esse é o verdadeiro enfrentamento. Isso é o que explica todos os conflitos e lutas em todo o mundo. Mas se a luta é entre classes, onde fica o tal "campo progressista", ou sua versão atual, a tal Frente Ampla?

COLABORAÇÃO DE CLASSE

O que é o "campo progressista"?

A "teoria dos campos" toma como base a ideia de que a sociedade não está dividida em campos de classe, mas sim entre um "campo reacionário", formado pela burguesia reacionária, pelos fascistas, pelos golpistas etc., e um "campo progressista", no qual estariam os partidos de esquerda, as organizações do movimento popular, a burguesia liberal e o imperialismo "democrático".

Essa "teoria" não é nova, já tem mais de um século. Os mencheviques defenderam um "campo progressivo" para derrotar o Czar, durante a Revolução Russa. Em 1935, no VII Congresso da Internacional Comunista, o stalinismo elevou a teoria dos "campos" ao âmbito internacional com a política adotada da Frente Popular, que deveria unir em um mesmo campo todas as forças "democráticas e progressistas" (inclusive o imperialismo "democrático", inglês, francês e norte-americano) para enfrentar o fascismo. Também defendeu formar frentes com a burguesia "nacional" nos países periféricos.



LIMITES

O problema é que o "campo progressista" é um campo de clara defesa de sistema capitalista, porque, na medida em que a burguesia participa, impõe um limite claro: respeito à propriedade privada, ao mercado, ao lucro, às instituições do Estado burguês e repressão a qualquer luta que se dirija contra esses pilares do capitalismo.

Uma frente ainda mais ampla defenderá, sem dúvida, políticas neoliberais tais como as reformas da Previdência e trabalhista, a Lei das Terceirizações e as privatizações. Esse é claramente o programa de figuras como Rodrigo Maia, Gilberto Kassab, Eduardo Paes e outros.

O "campo progressista", e mais ainda uma Frente Ampla, é uma frente de colaboração de classes entre a burguesia e os partidos e organizações oportunistas de trabalhadores. Ou seja, uma frente comum de colaboração política com o inimigo de classe com o único objetivo de impedir ou desviar as lutas dos trabalhadores e dos setores populares que possam se aproximar da revolução socialista.

PROJETO DE GOVERNO

O papel reacionário do "campo progressista" se acentua ao máximo quando este chega ao governo, porque passa a ser o líder do "campo" capitalista, já que exerce o poder do Estado burguês e o defende. A longa experiência de 13 anos dos governos Lula e Dilma mostra isso com clareza: políticas neoliberais na economia, envolvimento com a corrupção, atrelamento dos movimentos sindical e popular e reformas mínimas que nem mesmo se consolidaram.

No entanto, diante das barbaridades do governo Bolsonaro, muitos companheiros que querem derrubá-lo perguntam: não seria correto formar uma Frente Ampla com todos os que estão contra Bolsonaro, até mesmo os burgueses, para vencer as eleições de 2022? Isto é, derrotar primeiro o "fascismo", unindo todos os "democratas"? Uma frente da "civilização" contra a barbárie, como alega Marcelo Freixo?

O problema é que o "campo progressista", ou uma Frente Ampla para as eleições de 2022, não se limitará a derrotar Bolsonaro. Será, principalmente, um projeto político burguês para governar durante quatro anos. E esse projeto será necessariamente neoliberal.

Alguém acha que Rodrigo Maia, Kassab, Renan Calheiros ou Kalil vão enfrentar a barbárie e lutar por uma missão "civilizatória"? Ou, ao contrário, vão defender com unhas e dentes as contrarreformas neoliberais que já vêm aplicando?

LUTA DE CLASSES

Independência de classe para preparar o caminho da revolução socialista

Existem atritos e choques entre diferentes setores burgueses, mas a classe operária deve aproveitar essas contradições para fortalecer sua luta e sua independência, e não para apoiar um campo burguês, por mais que esse se coloque como "progressista".

Às vezes esse enfrentamento entre setores burgueses pode chegar até a um enfrentamento armado, como um golpe militar ou um movimento fascista. Um partido socialista revolucionário pode lutar em unidade de ação junto ao setor burguês que está contra o fascismo ou o golpe. Mas sempre deve ter claro, e alertar os trabalhadores, que os dois campos são burgueses e, portanto, contrarrevolucionários e, depois de derrotar o fascismo, será preciso enfrentar o "campo progressista".

Uma organização socialista revolucionária que abandona a política de independência de classe e termina por apoiar uma frente de conciliação de classes com nossos piores inimigos acaba adotando a teoria dos campos como base da sua política. No Brasil, esse perigo está colocado mais do que nunca com a constituição da Frente Ampla encabeçada por Lula. Rejeitar essa frente de colaboração de classes será o desafio e uma prova para as organizações revolucionárias no próximo período.



CONSTITUINTE NO CHILE

María Rivera: “Não vamos negociar com o inimigo para salvar o capitalismo”

DA REDAÇÃO

No dia 4 de julho se iniciam os trabalhos da Convenção Constitucional do Chile, que foi uma conquista das jornadas revolucionárias ocorridas no país iniciadas em 2019. Em outubro daquele ano, o Chile assistiu uma gigantesca onda de protestos e mobilizações. Uma explosão social que, em verdade, vinha se gestando há vários anos. Milhares foram às ruas e disseram “basta” à política social e econômica neoliberal dos tempos da ditadura. Foram às ruas contra a repressão policial e a privatização dos serviços públicos. Contra uma Constituição reacionária e autoritária. Seu fim e o da privatização do sistema de Previdência eram demandas centrais.

Naquele momento, o presidente Sebastián Piñera declarou abertamente: “Estamos em guerra.” E assim ordenou a saída do Exército e dos carabineiros para reprimir os protestos. Mas as massas não retrocederam e o Exército teve que voltar ao quartel. A consigna central passou a ser “Fora Piñera”; viram que poderiam tirá-lo do governo.

A ELEIÇÃO DA NOVA CONSTITUINTE

Uma das principais lutas foi a exigência de uma nova constituição para o país. A burguesia nunca quis mudar a instituída ainda nos tempos do ditador Pinochet. “Reformistas, conservadores e neorreformistas firmaram o acordo pela paz [Lei 21.200] com o objetivo de salvar Piñera em meio à crise de todas as instituições. Tiveram que chamar um plebiscito para mudar a Constituição de 1980, o que foi aprovado por 78% do povo chileno, com a participação de quase 51% do eleitorado”, explica María Rivera, advogada dos ativistas políticos presos pelo governo e eleita deputada constituinte por uma lista independente da qual fazia parte seu partido, o Movimento Internacionalista dos Trabalhadores (MIT), filiado à Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT-QI).

“Tive votação muito importante, de um dos distritos mais operários do país. Tive cerca de 19 mil votos. Apresentamos um programa revolucionário e socialista, pela liberdade de todos os presos políticos antes e depois de 2019, pelo Fora Piñera e pela expropriação das dez famílias donas do Chile”, explica.

LIMITES DA CONSTITUINTE

Maria afirma que não confia que a Constituinte resolva os problemas do país, a não ser lograr algumas conquistas democráticas. “A convenção precisa ser acompanhada de importantes mobilizações, senão cumprirá o papel de um parlamento.” María explica que o governo e a esquerda reformista celebraram o acordo pela paz (Lei 21.200) para permitir a realização da Constituinte. Essa lei impõe limites à assembleia. Proíbe, por exemplo, revisar os Tratados de Livre Comércio (TLCs) firmados pelo governo chileno, que são a essência do modelo econômico neoliberal.

“Se não revisar os TLCs, não podemos lutar para estatizar ou reestatizar os recursos naturais para resolver problema do povo chileno. Tem também a intromissão de poderes do Estado, como a Corte Suprema, questionados pela revolução de 2019. Não se pode questionar a autoridade, inclusive a consigna ‘Fora Piñera’ não pode ser levantada, não se pode destituir autoridade. Modifica-se assim a Constituição de 1980, mas querem que se mantenha o espírito dela. Não devemos respeitar o acordo pela paz”, defende a deputada constituinte.

Essa lei também estabelece que a Constituinte deverá ter quorum de dois terços para aprovar projetos. Isso significa que qualquer projeto que não tenha a aprovação de 67% dos constituintes não pode ser aprovado como lei, o que é totalmente antidemocrático, pelo simples fato de que a maioria não decide.

MANIFESTO DOS 34

Foi nesse espírito que foi publicado um manifesto assinado pelos 34 constituintes agrupados na “Vocería Pueblo” (Porta-voz do Povo), que propõe garantias para o processo, “sem nos subordinarmos” ao acordo pela paz. Tal manifesto levanta seis pontos centrais que são necessários para garantir um Processo Constituinte democrático: 1) Fim da prisão política; 2) Acabar com a impunidade para violadores de direitos humanos; 3) Reparação às vítimas da repressão; 4) Desmilitarização do Wallmapu [território mapuche]; 5) Fim das expulsões ilegais de estrangeiros; 6) Soberania da Convenção Constitucional. Ou seja, o manifesto propõe não respeitar a Lei 21.200. Sem sua revogação a Convenção não pode ser soberana, ficando sujeita à Constituição de 1980. O MIT apoia totalmente esses pontos, e María Rivera foi uma das signatárias do documento.

Contudo, o manifesto gerou um amplo debate na grande mídia. Políticos, jornalistas e grandes empresários condenaram o documento, além de muitos que se beneficiaram de 50 anos de neoliberalismo e integrantes da esquerda reformista.

O QUE PROPÕE O MIT

Para María, a Constituinte deve se declarar soberana, destituir Piñera e proclamar anistia geral pra todos os presos políticos, revisar e anular todos os TLCs. “Estamos lutando e tentando convencer o povo, pedindo que tomem a convenção em suas mãos. Liberdade incondicional para todos os presos políticos antes e depois de 2019, fora Piñera, que tem que ser responsabilizado pelos crimes de outubro”, complementa.

Na sua opinião, não há saída para os grandes problemas do país sem a expropriação das dez famílias que detêm toda a riqueza do Chile, e colocá-la para resolver os problemas mais sentidos pelo povo trabalhador. Ela também defende a recuperação do território indígena Mapuche e sua autodeterminação. María lembra que, entre os presos políticos, há muitos mapuches com condenações de 25, 30, 40 anos por lutarem pela sua terra. A Constituinte terá 17 deputados dos povos originários.





LEIA NO SITE:
HTTPS://PSTU.ML/GNOTA

MOBILIZAÇÃO PERMANENTE

A Constituinte vai iniciar seus trabalhos no proximo dia 4, e María e seu partido chamam um grande protesto para esse dia, como parte de sua estratégia de realizar mobilizações permanentes para pressionar a Assembleia e, a partir delas, fomentar a auto-organização popular e dos trabalhadores. “Apesar da Constituinte, o processo revolucionário segue aberto. A Constituinte tenta desviar a atenção, como se com uma nova Constituição estivessem resolvidos todos os problemas.”

María defende uma transformação estrutural do país, com a construção de uma sociedade socialista, com economia planificada, democracia operária, “que é a verdadeira democracia para os trabalhadores que podem, assim, efetivamente tomar as decisões sobre os rumos do país”, ressalta.

O mandato de María vai escutar os trabalhadores e trabalhadoras do país, entender suas demandas e levá-las à Constituinte. “O povo chileno me elegeu por defender um programa revolucionário. Se não caminharmos para o socialismo vamos a barbárie do capitalismo, desumano, de fome e exploração, que destrói a vida humana e os ecossistemas. Não vamos negociar com o inimigo para salvar esse sistema. Que o trabalhador tome o poder e administre a riqueza . Nossa única convicção é liberar o povo e a classe do jugo capitalista”, finaliza.

mural

IMPUNIDADE MILITAR

Justiça militar reforça cultura do estupro

MARIA VITÓRIA, DA SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES

Uma decisão infame por parte Justiça Militar de São Paulo inocentou dois soldados da PM pelo crime de estupro de uma jovem de 19 anos, na Praia Grande (SP), em 2019.

Segundo relatos da vítima, ela voltava de uma viagem, quando percebeu que tinha descido no ponto de ônibus errado e resolveu pedir informações a policiais que se encontravam numa viatura ali perto. Eles então se ofereceram para levá-la a um terminal de ônibus próximo, mas, durante a carona, um dos policiais passou para o banco de trás da viatura onde a moça estava e a forçou a fazer sexo com ele.

A perícia confirmou a relação sexual e constatou sêmen na roupa do policial. O celular da jovem também foi achado na viatura. Ao denunciar o caso, ela afirmou que se sentiu coagida e ameaçada por estar sozinha com dois policiais armados num carro em movimento, tarde da noite.

Ainda assim, o juiz Ronald Roth, da 1ª Auditoria Militar, entendeu que não houve estupro. O soldado que dirigia a viatura foi absolvido, enquanto o outro foi condenado por libidinagem. Para o magistrado, o sexo foi consentido, já que a vítima "não resistiu", "nem pediu ajuda ou socorro". Ele também não viu nenhuma ameaça ou violência no fato de o policial estar armado, para justificar que a jovem poderia ter se recusado ou dito não às investidas sexuais.

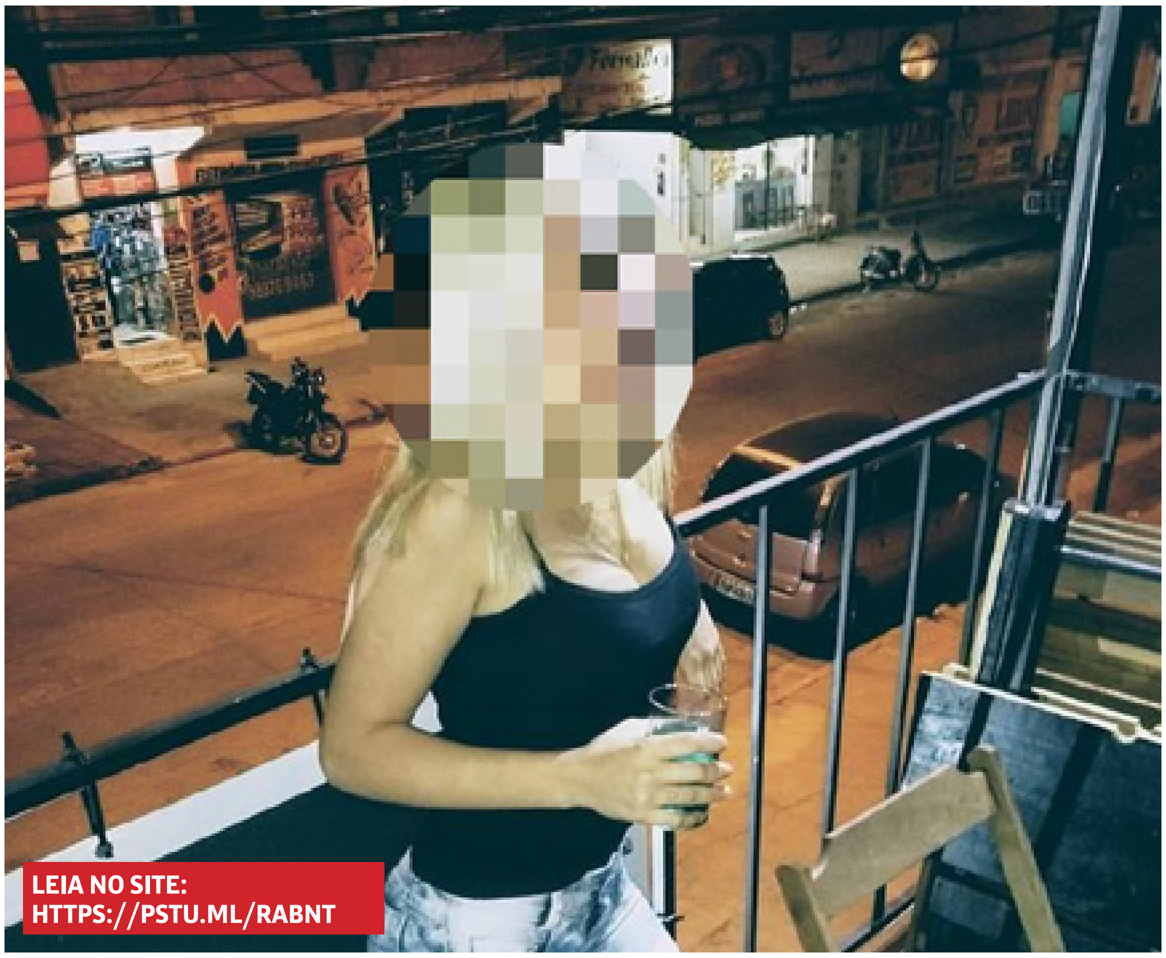
Ou seja, uma jovem é forçada a fazer sexo com um policial, na presença de outro, ambos fardados e armados, dentro de uma viatura de polícia em movimento e o juiz acha que não houve estupro. Parece piada! Infelizmente não é.

MACHISMO E VIOLÊNCIA DA PM, CONIVÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR

Esse é o segundo caso na mesma semana em que militares são absolvidos de violência sexual. Em Curitiba, por decisão unânime, cinco juízes militares inocentaram o tenente-coronel da PM do Paraná e médico Fernando Dias Lima pelos crimes de atentado violento ao pudor e assédio sexual contra mais de 40 vítimas, entre recrutas, soldadas, cabos e até esposas de policiais militares que se consultavam nos quartéis, em Cascavel e Foz do Iguaçu e na Academia Policial do Guatupê, em São José dos Pinhais.

São casos que se somam a inúmeros outros, nos quais a Polícia Militar demonstra ser uma ameaça à vida e à integridade da classe trabalhadora. Ao invés de proteger a população, a PM oprime, mata e estupra, e ainda é perdoada pela justiça de seus pares.

Basta de impunidade e violência. Por um novo julgamento dos casos na justiça comum. Afastamento imediato dos policiais de suas atividades! Desmilitarização da PM já!



ACABOU A MAMATA?

Governo paga jabá para apresentadores bolsonaristas



Sabe aquele apresentador de programa policial que defende o governo Bolsonaro? Pois é bastante provável que isso não seja só um pretenso alinhamento ideológico à ultradireita. Segundo levantamento do jornal Folha de S. Paulo a partir de documentos da própria Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), o governo repassou pelo menos R$ 268 mil a apresentadores de TV.

Entre os principais beneficiários dessa mamata estão o apresentador Luís Ernesto Lacombe, Luciana Gimenez e, claro, Sikêra Júnior, que não economiza nos discursos contra LGBTs e, recentemente, entrevistou o próprio Bolsonaro, ocasião em que tirou uma foto com o presidente com um cartaz representando um "CPF cancelado", termo utilizado pela ultradireita para comemorar mortes por policiais. Sikêra, às vésperas do Dia Internacional de combate à LGBTIfobia vociferou, ao vivo: "Já pensou ter um filho viado e não poder matar?"

Só Sikêra Júnior levou R$ 120 mil. Luciana Gimenez recebeu R$ 51 mil. Entre as campanhas que a apresentadora fez para o governo, está a "Semana Brasil", para celebrar a "retomada" da economia, isso em setembro de 2020, em plena pandemia.

O jabá recebido pelos apresentadores foi para defenderem, além da "volta da economia", eufemismo para o combate ao distanciamento social, o famigerado "tratamento precoce", ou seja, fazer propaganda de cloroquina no ar; também em favor da reforma da Previdência e, entre outras coisas, da cédula de R$ 200,00 (uma desculpa para repassar dinheiro).

Além desses, a grana pública foi distribuída para apresentadores de programas como "Balanço Geral" e "Alerta Total", do estilo "espreme que sai sangue" Brasil afora.

SEM FUTURO?

Juventude no capitalismo: que geração é essa?

MARINA CINTRA,
DE SÃO PAULO (SP)

Bombou na imprensa e na boca do povo o debate sobre as gerações. Até se popularizou uma nova gíria, “cringe”, que significa a vergonha alheia que a Geração Z (que hoje tem entre 15 e 25 anos) sente em relação aos Millenials (25 até uns 40 anos). Essa discussão tem rendido muito na Internet e é certo que as percepções sobre a vida e os hábitos mudaram muito, mas principalmente com as dificuldades das condições materiais e culturais para a juventude, que tomaram uma outra proporção, especialmente agora na pandemia.

As diferenças entre as gerações existem, mas o que as igualam é que ambas hoje vivem piores que os seu pais. Com a pandemia tudo piorou, mas não é que estivesse bem antes. Isso, claro, não para os jovens das classes ricas. Esses seguem com todos os direitos e privilégios. Estamos falando da vida da juventude pobre e trabalhadora.

JOVENS SEM PERSPECTIVA DE PRESENTE NEM FUTURO

Quase metade dos jovens brasileiros deixariam o país se pudessem. Longe de ser uma vontade de desbravar o mundo, o que move a juventude para isso é a falta de perspectiva no Brasil.

Estudos mostram que 27,1% dos brasileiros entre 15 e 29 anos não estudam nem trabalham, e 70% estão com dificuldade para arrumar emprego. Com a pandemia, esse cenário que era de 49,4% subiu para 56,3%. Muitos jovens não tem acesso à educação e a dificuldade de arrumar emprego está cada vez pior. Como não bastasse, tentam nos matar pela bala da polícia, pela fome ou pelo vírus. Está aí o genocídio dos jovens negros nas periferias brasileiras que demonstram isso. A pandemia escancarou a falta de perspectiva da juventude dentro do capitalismo.

Os empregos estão cada vez mais precários, com cada vez menos direitos. Basta vermos a luta dos trabalhadores de aplicativos. As grandes empresas tentam jogar a falsa ideia de que “você é seu próprio patrão”, ou que é “ um jovem empreendedor”, para mascarar a exploração e opressão real que acontece nesses novos empregos “uberizados”. Quando há emprego com carteira assinada, como os operadores de telemarketing, trabalhadores dos mercados ou de empresas de fast food, recebem salários baixíssimos, sofrem com uma jornada exaustiva, assédio moral e sexual e, mesmo sendo serviços que nunca pararam na pandemia, continuam esquecidos quando se trata das políticas públicas.



Mas, infelizmente, o problema não é apenas o Brasil. Se os jovens saíssem do país, dificilmente iriam conseguir resolver o problema. Não há saída individual possível para todos, nem para a maioria. Isso acontece porque o problema é o capitalismo, que é mundial. Toda a desgraça que vivemos aqui é um problema do sistema (e, claro que o governo Bolsonaro é parte do sistema e deixa tudo pior).

O capitalismo quer uma legião de trabalhadores e desempregados para conseguir explorar e enriquecer os grandes empresários, e para isso a maior parte da população precisa estar nessa situação de miséria. Por isso, em pleno século 21, milhões de pessoas passam fome no mundo. A situação dos jovens trabalhadores ao redor do planeta é muito parecida com a nossa aqui. E este também é o motivo das grandes lutas que acontecerem ao redor do mundo, com os jovens da Colômbia, Chile, Paraguai, Equador, Estados Unidos, que tem saído às ruas com grande radicalidade, para dizer chega dessa vida miserável.

LEIA NO SITE: HTTPS://PSTU.ML/KVIJM

FUTURO? QUAL FUTURO?

A juventude tem que lutar pelo socialismo



Diante disso, os jovens vêm questionando a sua realidade e tentando mudá-la, abrindo os olhos para pensar que as coisas podem ser diferentes. Um artigo de 2019 da revista britânica “The Economist”, revelou que, nos EUA, metade dos jovens têm simpatia pelo socialismo, e vêem o capitalismo como algo ruim. Os jovens se aproximam da luta por diversos motivos, seja pela luta em defesa do meio ambiente, contra a violência, o racismo, o machismo e a LGBTIfobia, e sentem na pele que o capitalismo é uma droga.

A luta pelo socialismo vem através de revolução, quando os trabalhadores, os jovens, a população explorada resolvem tomar para si o poder! E o socialismo nada mais é do que passar o poder para a sociedade, para as mãos daqueles que a constroem. Desta forma, não é uma sociedade baseada no lucro, como é hoje, seria uma sociedade em que a economia e toda produção estaria voltada para toda a sociedade. E por que os jovens devem estar nesse caminho? Porque, mais do que nunca, é possível perceber que não existe perspectiva de presente, nem de futuro, para os jovens, muito menos individualmente. Mentem pra os jovens quando dizem que, no capitalismo, podemos ser o que queremos. O jovem empreendedor é o jovem sem direitos trabalhistas, sem o direito ao lazer, à educação, e que o emprego está reservado apenas aos grandes ricos e seus filhos. Por isso, não temos nada a perder na luta pelo socialismo, apenas um mundo a ganhar.